

Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta*

José Marcos Pinto da Cunha *

Resumo

Trata-se de uma reflexão sobre as relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e a segregação socioespacial nas grandes aglomerações urbanas. Por um lado, pode configurar-se como uma estratégia a partir da qual seja possível enfrentar o problema habitacional, um dos principais dilemas a serem enfrentados pela população para permanecer na metrópole. Por outro lado, como a mobilidade pode-se adquirir perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares ou, mais amplamente, capital social. Nesse sentido, podemos vislumbrar outro caminho para relacionar vulnerabilidade e mobilidade, a partir da relação de ambos com a segregação socioespacial. De fato, no caso da migração para as periferias no Brasil poderia ocorrer uma deterioração das condições de vida dos migrantes na medida em que tal mudança de residência implicaria na dificuldade de acesso e/ou piora da qualidade de serviços públicos já que as periferias são, de maneira geral, locais onde tais serviços são de pior qualidade. A partir dessa linha de argumento, portanto, pode-se pensar na relação mobilidade, vulnerabilidade e segregação socioespacial a partir da noção de “geografia de oportunidades”. As evidências apresentadas decorrem dos dados de uma pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas em 2007.

Introdução

Este ensaio visa realizar uma reflexão sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e os processos de segregação socioespacial da população nas grandes aglomerações urbanas. Tal reflexão, que é fruto de uma experiência concreta de pesquisa, parte do pressuposto de que a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda.

Por um lado, a mobilidade espacial pode configurar-se como uma estratégia a partir da qual seja possível enfrentar o problema habitacional, um dos principais dilemas a serem enfrentados pela população para permanecer na metrópole. Por outro lado, com a mobilidade também se pode adquirir, perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares ou, de maneira mais geral, capital social.

* Trabajo presentado en el IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, La Habana, Cuba, del 16 al 19 de noviembre de 2010.

♣ IFCH/NEPO/UNICAMP - zemarcos@nepo.unicamp.br

Desta forma, e tendo em vista o papel chave da noção de ativos sobre o conceito de vulnerabilidade, a relação entre mobilidade e vulnerabilidade poderia ser estabelecida a partir da perspectiva de que o deslocar-se no espaço metropolitano teria implicações importantes sobre a forma de acesso a um conjunto de ativos. Nesse sentido, pode-se vislumbrar outro caminho para relacionar vulnerabilidade e mobilidade, a partir da relação de ambos com a segregação socioespacial.

De fato, no caso da migração para as periferias no Brasil poderia ocorrer uma deterioração das condições de vida dos migrantes na medida em que tal mudança de residência implicaria na dificuldade de acesso e/ou piora da qualidade de serviços públicos já que, como mostram vários estudos em metrópoles brasileiras (Marques e Torres, 2005, Marques 2005, Cunha et al. 2009, Azevedo, 2009), estas periferias são, de maneira geral, locais onde tais serviços são de pior qualidade. A partir dessa linha de argumento, portanto, pode-se pensar na relação mobilidade, vulnerabilidade e segregação socioespacial a partir da noção de “geografia de oportunidades”, enfoque que enfatiza as conseqüências de se viver em determinados lugares em termos das limitações ao acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pela região em termos da infra-estrutura, mercado de trabalho, políticas públicas etc. (Galster and Killen, 1995).

Com base em resultados de uma pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas em 2007 esse trabalho tenta encontrar evidências ou indícios empíricos da existência destas relações.

I. Mobilidade espacial, desigualdades regionais e a produção social do espaço

Ao se pensar nas várias modalidades de mobilidade espacial da população, desde aquelas mais clássicas, envolvendo a migração de mais longa distância ou do tipo rural-urbano, até aquelas mais contemporaneamente enfatizadas, como a mobilidade pendular, não se pode deixar de considerar as condições contextuais e estruturais que as condicionam sob pena de se perder de vista a distinção muito adequadamente feita por Singer (1973) entre as “causas” (estruturais) e “motivos” (individuais) destes deslocamentos.

Embora não se deseje alongar essa discussão nesse trabalho, o estudo mencionado tornou-se, sem dúvidas, uma referência para as análises da migração no Brasil e certamente na América Latina, na medida em que deslocou a discussão dos condicionantes do fenômeno

para a posição de classe dos indivíduos, e não sobre suas intenções e/ou preferências. Para Singer não seriam as pessoas que seriam postas em movimento, mas as classes sociais, sendo portanto, de cunho social e não individual o primeiro determinante do fenômeno.

Outros autores em momentos próximos, também tiveram contribuições semelhantes e importantes como Balán (1980) e Gaudemar (1977), que, entre outros aspectos, destacaram a importância das desigualdades regionais como condicionantes da migração, estas consideradas à luz dos processos históricos de formação de nossas sociedades estruturados com base não apenas numa distribuição desigual da riqueza e do progresso técnico entre as várias camadas sociais, mas também e, sobretudo, pelas assimetrias espaciais que nortearam todo o desenvolvimento de nossos países.

Obviamente que a contribuição seminal de Singer por focar um fenômeno datado historicamente e localizado espacialmente, a saber, a migração rural-urbana nos países em desenvolvimento, implicou na necessidade de uma atualização, particularmente tendo em vista as tendências pós anos 80. No âmbito dos estudos demográficos no Brasil essa releitura dos processos em curso foram feitas por autores como Brito, 1997, Matos, 1995, Pacheco e Patarra, 1998; Baeninger, 1999, Cunha e Baeninger, 2005 entre outros, sobretudo tendo em vista a complexidade e diversidade cada vez maior dos fluxos migratórios¹.

Essas questões ficam bem documentadas em um trecho do texto de Pacheco e Patarra (1998):

“há muitas interrogações sobre a natureza dos movimentos migratórios recentes no Brasil. As características desses movimentos, a partir dos anos 80, justificam a afirmação de estarmos diante de novos padrões migratórios. Ou estar-se-ia diante de resultados de efeitos conjunturais das oscilações entre momentos de crescimento e momentos de crise e estagnação que se desenrolaram ao longo da década passada? Seriam esses efeitos determinados por processos anteriores de desconcentração industrial, os quais com certa defasagem, influenciariam os novos fluxos? Estariam essas novas características migratórias já refletindo o contexto internacional, com perversas conseqüências em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho? (...) estar-se-ia frente à concomitância de movimentos típicos de etapas anteriores do desenvolvimento industrial com movimentos típicos da atual fase de internacionalização da economia?” (pag.458)

¹ Na verdade, acredita-se que tal diversidade já existia no passado, no entanto, a questão da migração rural-urbana era tão marcante e decisiva para o processo de redistribuição espacial da população no Brasil e para o crescimento das cidades e regiões que pouco se atentava para outras modalidades de movimentos populacionais. O próprio Censo Demográfico começa a coletar informações mais [detalhadas](#) em termos espaciais apenas a partir de 1980.

Nos dias de hoje, os fluxos migratórios de mais longa distância não apenas estão perdendo a força que apresentavam até meados dos anos 80, tendo em vista mudanças importantes tanto nas áreas emissoras quanto receptoras, como também começam a apresentar novas características, como a intensificação do retorno, ou mesmo mudança na seletividade por sexo, idade, condição social etc. dos migrantes. Como dito, os condicionantes podem ser encontrados tanto nas áreas de origem quanto nas de destino: a crise econômica dos anos 90; a deterioração dos mercados de trabalho; a reestruturação produtiva e modificação do perfil requerido de mão-de-obra, sobretudo no setor secundário; a conseqüente terciarização da economia; o progressivo fechamento das fronteiras agrícolas; as políticas sociais, especialmente aquelas voltadas às transferências monetárias etc. (Cunha, 2006, Cunha e Baeninger, 2005).

Obviamente que tais transformações tiveram impactos decisivos sobre a dinâmica demográfica e expansão territorial de nossas metrópoles. Enquanto no período enfocado por Singer a questão era o inchamento destas áreas, particularmente aquelas do sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje a situação apresenta-se distinta com um crescimento menor destas aglomerações.

Em um estudo desenvolvido para o conjunto das RMs institucionalizadas do país Cunha (2002) mostrou que a redução observada do crescimento demográfico tinha no componente migratório um elemento importante. Assim,

“...o crescimento demográfico das RMs brasileiras sofreu uma redução significativa a partir dos anos 80, fato que apesar de refletir a forte queda da fecundidade, a exemplo do que ocorreu com a população brasileira, está também muito atrelado à redução da intensidade migratória para essas áreas, sobretudo aquelas do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro.”
(p. 22)

De fato, mesmo no caso daquelas RMs que ainda cresciam de forma significativa nos anos 80 e 90, também ficava claro que tal comportamento era reflexo das tendências da migração no país. Assim, Minas Gerais e Paraná “não por coincidência, foram justamente as Unidades da Federação que mais se ‘beneficiaram’ das mudanças migratórias operadas no país” (p.22). Tal situação, ainda segundo o estudo, estaria associada à recuperação desses estados “em função do crescimento da atratividade de suas áreas metropolitanas que ... experimentaram um importante crescimento econômico, sobretudo, em função do desenvolvimento de atividades industriais como, por exemplo, a automotiva” (p.22).

No entanto, mesmo crescendo menos, as RMs ainda representam grandes desafios não apenas pela grande concentração de pobreza, particularmente em suas periferias, mas também pelo alto potencial que apresentam de redistribuição interna de sua população cujos problemas laborais e habitacionais ainda estão longe de serem resolvidos.

O mesmo estudo mencionado anteriormente mostrava que, para grande parte das RMs brasileiras, a migração intrametropolitana havia tido um papel importante nos processos de expansão territoriais e, portanto no crescimento dos municípios periféricos.

“...existe uma clara tendência no Brasil a que os centros das aglomerações sejam, por um lado, as grandes “portas de entrada” da imigração externa e, ao mesmo tempo, a partir de onde saem as principais levas de emigrantes que deixam a área. No plano interno, fica bem configurado um *processo centrífugo* de distribuição da população tendo o centro como a principal área de expulsão de população e as periferias como as áreas receptoras desses emigrantes. Nesse sentido, fica muito claro o papel da maior parte dos municípios vizinhos ou próximos dos grandes centro urbanos nacionais: não apenas acomodar um “excedente” demográfico do centro, mas sobretudo, o *locus* da quase inexorável continuidade do processo de espraiamento, sobretudo urbano, da região. Trata-se, portanto, não de um movimento de transferência populacional de um território para outro, mas da incorporação desses últimos ao processo de formação da “grande cidade” metropolitana. (Cunha, 2002, p.33)

Ou seja, mesmo que, do ponto de vista demográfico, não haja o que discutir sobre a importância das trocas migratórias que as regiões metropolitanas, de forma geral, realizam com outras regiões ou estados, não se pode esquecer que existe uma dinâmica intrametropolitana que ainda causa preocupação por seu potencial de redistribuição espacial da população. Pensar em mobilidade espacial na metrópole é, portanto, pensar ao menos destes dois pontos de vista: da mobilidade que vem de fora e daquela se origina na e se destina à própria região.

Mesmo considerando que, do ponto de vista da migração, o que acontece fora da região seja fundamental para se entender o volume de pessoas que para aí se dirigem, não se pode negar que, ao se tratar da lógica de crescimento e expansão interna da metrópole, há que se focarem os processos e condicionantes que levam à localização das pessoas em distintas áreas do território.

Na verdade, tendo em vista o objetivo desse ensaio, o que talvez seja mais interessante a considerar na diferenciação dessas duas modalidades de migração diz respeito ao impacto que cada uma delas terá sobre o acúmulo ou perda de ativos. Essa questão será retomada mais adiante.

Não se pode pensar em fatores que se desenrolam no âmbito intraurbano sem que se tenha, pelo menos como pano de fundo, elementos estruturais que condicionam, modelam e muitas vezes redefinem o processo de formação e estruturação do espaço urbano. Talvez o título utilizado por Gottdiener (1993) em seu clássico “a produção social do espaço” seja o que melhor defina sobre o que se está pensando quando a questão central é a expansão e redistribuição espacial da população em grandes aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

De fato, é a partir da forma como o espaço é produzido que podemos entender certos fenômenos e desdobramentos dos mesmos. É das relações intrincadas entre o capital privado (e não apenas o imobiliário), o Estado e a sociedade que parecem emergir muitas das formas de ocupação do espaço urbano e, portanto, de assentamentos populacionais. De um lado, conjuntos habitacionais e/ou loteamentos populares, ocupações, favelas e cortiços e, de outro, grandes e luxuosos condomínios fechados (horizontais ou verticais) e a elitização de certas áreas da cidade, são expressões aparentemente contraditórias da estruturação urbana, mas que na verdade, como nos lembra Bourdieu (2003), são reificações da estratificação social existente em nossa sociedade.

Não apenas os processos de produção e valorização da terra para fins habitacionais, mas também aqueles relacionados à localização das atividades econômicas têm decisivos impactos sobre a “forma” urbana, influenciando sua expansão, sua diferenciação socioespacial e a mobilidade da população. Nesse último caso, o descompasso entre os locais de moradia e de trabalho têm levado a novos e complexos desafios tanto para a reprodução social quanto para políticas públicas entre elas a de transportes urbanos. Isso leva a pensar, como faz Villaça (1998), em um espaço intra-urbano como o espaço de circulação de indivíduos, em particular aquele “*portador da mercadoria força de trabalho*” (p.20), o que torna a questão da mobilidade um elemento essencial para entender a complexidade de uma metrópole.

De maneira geral a urbanização no Brasil e particularmente em suas áreas metropolitanas tem assumido um padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental. Tal padrão caracteriza-se também pela baixa qualidade de vida urbana e pelo crescimento físico elevado, expansão periférica e todas as conseqüências que isso implica: deficiências na infra-estrutura urbana e nos equipamentos sociais; produção de vazios urbanos infra-estruturados; retenção especulativa de solo, entre outras.

O entendimento desse fenômeno e particularmente de uma de suas principais expressões, a segregação socioespacial, passa por uma compreensão de aspectos como a formação do preço do solo urbano, e a conseqüente geração de renda fundiária urbana. Nesse sentido, não apenas o livro de Gottdiener (1993), mas vários outros autores brasileiros ajudam a melhor compreender estas questões e como elas se apresentam no caso do país (Kowarick 1979, Bonduki e Rolnik, 1979 e 1982, Ribeiro e Lago, 1994, Santos 1996, Maricato, 1996, Ribeiro 1996, entre outros).

Assim não há dúvidas que as questões relativas à “produção social do espaço” não devem, em momento algum, serem desconsideradas até para que se possa compreender os fenômenos demográficos como condicionados por esse processo e, às vezes até condicionando-o em uma relação dialética.

II. Mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade: em busca de nexos

No caso de uma aglomeração urbana de caráter metropolitano, as tendências e características da mobilidade espacial a ela vinculadas poderiam ser consideradas como resposta aos incentivos e constrangimentos observados não apenas nos locais de origem dos movimentos externos à metrópole, mas sobretudo no âmbito intraurbano. Nesse último caso os processos que influenciariam a localização da atividade econômica e da população teriam papel predominante como condicionantes destes movimentos (Cunha, 1994). Sendo assim, tais características guardam estreita relação com a segregação socioespacial e a vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias residentes nas metrópoles.

No caso particular da mobilidade espacial, aqui entendido como as múltiplas formas de deslocamento da população², vários estudos anteriores (Cunha, 1994 e 2000, Matos, 1994, Rigotti e Rodrigues, 1994, Lago 2000, Torres, 2005, Cunha et. al., 2006 e Rodrigues, 2007) mostraram a sua relação intrínseca não apenas com a expansão urbana, mas também com a intensificação dos processos de segregação ou auto-segregação socioespacial da população.

² Talvez fosse o caso de se utilizar o termo “mobilidade habitacional”, já que por sua maior amplitude poderia abranger uma maior gama de movimentos, incluindo aqueles que ocorressem no mesmo bairro ou até em uma mesma rua. No entanto, isso implicaria ampliar desnecessariamente o fenômeno, sobretudo considerando que a intenção aqui é justamente captar os impactos das mudanças dos contextos socioespaciais sobre a vida das pessoas. Pelo mesmo motivo, a mobilidade pendular, apesar de sua inegável condição de mobilidade espacial, será pouco enfatizada nesse estudo.

Deve-se concordar com Kaztman (2008, p.4) quando este considera que, no âmbito intraurbano, tanto a forma como a intensidade dos processos migratórios variam segundo as dinâmicas particulares dos mercados de terra e de trabalho, as distintas ações do Estado e até mesmo as condições topográficas. No entanto, ao menos no que se refere às dinâmicas metropolitanas no Brasil (e ao que parece em outros países como o Uruguai tratado por Kaztman), pode-se dizer que, tendo em vista os condicionantes ligados a estes movimentos, particularmente aqueles ligados aos mercados de terra e de trabalho (Cunha, 1994), tais movimentos migratórios teriam implicação direta sobre a modificação (ou aprofundamento) da composição sociodemográfica das várias áreas da região. Isso porque os fatores que colocam a população em movimento tendem a gerar seletividades específicas dos migrantes não apenas em termos demográficos, como sexo, idade, ciclo vital e tipo de família, mas também e, sobretudo, em termos socioeconômicos (Cunha, 1994 e 2000).

Lógica parecida também poderia ser considerada no caso da migração externa, ou seja, aquela originária de fora da região que, como mostra alguns estudos para São Paulo (Aranha, 1996, Cunha e Jakob 1999 e Baeninger, 1999), também apresenta significativa seletividade, não obstante por sua natureza – em particular seu caráter de movimento direto ao local de destino final na metrópole – provavelmente apresentará diferenças com relação aos movimentos intraurbanos³.

No que tange à relação mobilidade e vulnerabilidade, os estudos empíricos são mais escassos, muito embora seja possível pensar em relações diretas entre o impacto dos deslocamentos espaciais e o acúmulo ou perda de ativos essenciais para aumentar (ou reduzir) a capacidade de respostas aos vários riscos impostos pela metrópole, entre eles o da pobreza e exclusão social.

Assim, se, por um lado, se pode pensar que a mobilidade pode levar a um incremento no capital físico de uma família ao permitir acesso a uma habitação própria, também se pode considerar impactos negativos, como a perda de acessibilidade e de capital social, ambos com possíveis repercussões sobre a inserção dos seus membros no mercado de trabalho, sobre a disponibilidade de ajuda por parte de parentes e amigos, ou mesmo sobre o processo educativo de suas crianças. Como se sabe, existem autores que sustentam que essa situação se

³ Aqui reside uma dificuldade metodológica. É muito provável que parte da migração intrametropolitana também seja composta por migrantes externos. Assim sendo, o que se pretende nesse momento é estabelecer uma diferenciação entre estes dois tipos de indivíduos (ou famílias), ou seja, aqueles que rumam diretamente para o seu lugar de destino “final” (migrantes externos) e aqueles que o fazem com etapas prévias na metrópole. Estes últimos indivíduos (ou famílias) muito provavelmente apresentarão características médias distintas em termos do tempo de residência, idade, ciclo vital, tipo de arranjo familiar etc..

torna ainda mais grave em bairros segregados e com baixa heterogeneidade social (Kaztman e Filgueiras, 2006, Kaztman, 2008, Flores et.al., 2008)

Na verdade, talvez um dos principais problemas em estabelecer essa relação radique no fato de que não se pode pensar que a mobilidade espacial tenha impacto sobre os ativos apenas em um sentido. Dessa forma, pode ser muito difícil avaliar concretamente o efeito final ou “líquido” desse fenômeno sobre o grau de vulnerabilidade das pessoas. O que teria maior impacto sobre suas vidas: viver em um ambiente onde a informação é qualitativamente melhor, onde as possibilidades de ajuda são mais abundantes, ou onde existe a possibilidade de acesso a uma habitação própria, sobre a qual não incidam riscos como o despejo, a falta de recursos para o pagamento do aluguel etc.? O que tornaria as pessoas mais vulneráveis?

É bem verdade que, considerando que o acesso ao mercado de trabalho seria talvez a principal chave para se fugir de condições de vulnerabilidade, as possíveis conseqüências da migração para a população de baixa renda, como perda de acessibilidade e de um melhor circuito de informações, isolamento social, aquisição de estigmas, entre outros, de fato poderiam ser taxadas como menos decisivas que eventuais ganhos em capital físico.

No entanto, há outro aspecto relativo ao impacto que a trajetória espacial dos indivíduos e famílias tem sobre suas vidas que não pode ser desconsiderado ou minimizado. Pode-se supor que o fato de haver residido em outros lugares e permanecido por mais tempo na metrópole poderia favorecer os indivíduos ou famílias. Isso em função das possíveis implicações dessa condição sobre grau de informação sobre a região e suas oportunidades, assim como sobre o acúmulo de capital social. Nesse sentido, parece fazer sentido distinguir os efeitos da mobilidade sobre a vulnerabilidade das pessoas segundo sejam estas migrantes externos ou intrametropolitanos.

Embora os dados que serão apresentados mostrem inequivocamente a força das redes sociais para definir os locais de destino dos migrantes, também há que se considerar a força que tais relações – que, como se verá, são predominantemente baseadas em parentes e amigos - podem ter como ativos para enfrentarem riscos essenciais para a reprodução social, como é o caso do desemprego.

Nesse sentido, convém considerar o fato de que redes de relações caracterizadas pela “homofilia”⁴ poderiam ter menor impacto sobre a vida das pessoas, particularmente sobre o acúmulo de experiências e informações. Como sugerem Kaztman e Filgueiras (2006), a

⁴ Refere-se às relações entre “iguais” considerando que aqueles que se relacionam apresentam atributos comuns, por exemplo, atributos como sexo, idade, situação social etc. Para maiores detalhes ver Marques, 2007.

interação com grupos sociais heterogêneos pode implicar em “oportunidades de acesso a contatos e a recursos de informação de qualidade mais elevada” (p.78).

Da mesma forma, a diferenciação proposta por Granovetter (1973, apud Marques, 2007) entre os “*vínculos fortes*” e “*vínculos fracos*” também levaria a considerações interessantes e talvez na mesma direção, uma vez que os vínculos fracos – aqueles desenvolvidos fora dos grupos sociais mais sedimentados e coesos, como é o caso da família – teriam mais impacto sobre a difusão de informação em especial aquelas associadas ao emprego (Marques, 2007).

Ou seja, deve-se considerar, portanto, que a experiência e circulação prévia na metrópole, ao permitir uma maior extensão das redes – provavelmente baseado em vínculos fracos –, poderiam ter impactos positivos sobre a vida das pessoas e suas famílias, particularmente para a população de mais baixa renda que tem muito mais dificuldades de acesso à estrutura de oportunidades existente nas metrópoles. Nesse sentido, seria de se esperar que os migrantes intrametropolitanos apresentassem, ao menos nesse particular, alguma vantagem com relação àqueles que vieram diretamente de seus locais de origem fora da região.

Seja como for ao menos uma questão fica clara: a mobilidade residencial tem impacto sobre a vida das pessoas, ainda que no curto prazo, já que não se pode perder de vista que o tempo de residência acaba tendo seus efeitos, seja via processo de acumulação de ativos (inclusive capital social), seja a partir da própria transformação da zona onde se vive. Apenas para exemplificar um destes efeitos, deve-se lembrar que o tempo de residência frequentemente é considerado pelo poder público com critério de seleção para planos habitacionais, o que sugere seu papel não apenas sobre a localização espacial na região, mas também o acesso à “cidade formal”.

Agora, como seria possível articular as noções de vulnerabilidade e segregação socioespacial? Em primeiro lugar há que se reconhecer o fato de que o “espaço importa” nas análises sobre as condições de vida e desigualdades da população. De fato, vários estudos (Sabatini, 2004, Flores, 2006; Torres; Ferreira; Gomes, 2004, Cunha et al. 2009 e Cunha e Jakob, 2008, entre outros) têm mostrado como a segregação socioespacial afeta determinadas dimensões das vidas dos indivíduos e famílias.

Ou seja, os estudos mencionados – com certeza apenas uma amostra do que já foi produzido a respeito – deixam muito claro que, a despeito das diferenças entre condições socioeconômicas e demográficas, o lugar onde se vive acaba tendo um efeito significativo

sobre a qualidade de vida e condição de pobreza. Os processos de separação social existentes nas metrópoles, em particular nas brasileiras, por vários motivos, acabam dificultando (ou em alguns casos até impedindo) que parcelas significativas da população tenham acesso às oportunidades oferecidas por estas regiões. Mas quais seriam os mecanismos que levariam a isso?

Existem alguns enfoques que permitem tanto conhecer melhor as conseqüências da segregação, quanto a sua relação com a vulnerabilidade. O primeiro deles é o que genericamente poder-se-ia classificar como preocupados em captar os chamados “efeito de bairro” (Jencks; Mayer, 1990), e um segundo baseado na idéia da existência de uma “geografia de oportunidades” (Galster; Killen, 1995).

A partir da primeira abordagem poderiam surgir várias formas de analisar os mecanismos pelos quais a segregação incide sobre certos comportamentos ou fenômenos. Estudos a partir dessa perspectiva estariam preocupados, por exemplo, em examinar a força (ou debilidade) dos marcos normativos existentes nas comunidades (Kaztman e Filgueiras, 2006), a forma como são difundidos os comportamentos e como se dá a socialização coletiva a partir de transmissão de “modelos de rol” (Wilson, 1987), ou o nível de controle social existentes no bairro (Sampson; Raudenbush; Earls, 1997).

Nessa linha, Kaztman (2008) desenvolve alguns elementos relativos à composição da vizinha que teriam influência, por exemplo, sobre as oportunidades de emprego – que ao fim e ao cabo seriam atributos fundamentais para enfrentar a vulnerabilidade. Assim, segundo o autor se, por um lado, a “proporção de trabalhadores estáveis” poderia ter influência sobre a quantidade e qualidade de capital social, os modelos de rol e a formação de um tecido social mais robusto, por outro lado, a elevada “proporção de residentes novos”, poderia implicar na constituição de sub-culturas marginais, insegurança e estigmas. Ainda segundo o autor, nesses últimos casos “ la mayor parte de las familias deben enfrentar las dificultades cotidianas que surgen...sin contar con el respaldo de tramas comunitarias ya consolidadas ni con condiciones que estimulen la colaboración requerida para la creación y mantenimiento de marcos normativos eficaces” (p.8).

É claro que é muito difícil precisar a medida exata do efeito da localização territorial sobre a vida de pessoas, sobretudo considerando o que podem ou não, em função de tal pertença, obter de vantagens, ajudas, informações etc.. Isso fica muito claro no caso do trabalho como observam Kaztman (2008), Cunha e Jakob (2009) e Flores et.al. (2008). Como reconhecem estes estudos, nem sempre se pode ter certeza que a melhor situação das pessoas

mais pobres ou de baixa qualificação que vivem em bairros socialmente mais heterogêneos seja em função de tal localização, ou simplesmente porque sua melhor colocação laboral permite a escolha de lugares como estes. Seria a típica situação do “ovo ou a galinha”.

Na verdade, Kaztman (2008) não considera que “las interpretaciones que tienden ... a interpretar las diferencias en los perfiles de empleo desde una casualidad que opera desde el territorio” se oponham àquelas que privilegiam as características individuais. Para ele “es la mirada que toma en cuenta ambas direcciones causales la que permite dibujar un escenario en el que los efectos de los barrios que concentran las personas de menor calificación realimentan un circuito de debilitamiento progresivo de los vínculos de los residentes con el mercado laboral, circuito que...se activa a partir de las condiciones laborales que dieron origen a la decisión de instalarse en esos barrios” (p.18)

Já no segundo caso, ou seja, a chamada “geografia das oportunidades”, o enfoque parece ser mais abrangente que o primeiro para estabelecer uma boa chave para ligar os conceitos de segregação e vulnerabilidade. A partir desta perspectiva, o efeito do lugar onde se vive sobre o comportamento dos indivíduos e famílias configurar-se-ia, por um lado, devido a elementos objetivos existentes (ou não) nestas áreas - como acesso e qualidade dos serviços, em particular os públicos (saúde, educação, segurança etc.), infra-estrutura, características do mercado de trabalho etc. - e, por outro lado, por variações espaciais subjetivas - basicamente, representadas pelas redes sociais existentes, que também poderiam representar impactos significativos (Galster; Killer, 1995).

Assim sendo, segundo esse enfoque o lugar onde se vive, poderá trazer vantagens (ou desvantagens) na medida em que lhe permitirá maior facilidade (ou dificuldade) de acesso a um conjunto de ativos fundamentais para a reprodução social das famílias e, portanto, para a redução de suas vulnerabilidades.

Como se percebe, os dois enfoques apresentados possuem elementos de contatos muito claros já que, em ambos os casos, ao menos uma questão surge como importante para explicar “comportamentos” diferenciados segundo o local de residência das pessoas: a influência das redes sociais existentes nos bairros ou comunidade local.

No entanto, para que se possa considerar a localização espacial, a partir de suas expressões objetivas – os serviços e infra-estrutura – como um ativo seria necessário refletir um pouco mais não apenas sobre a forma como são distribuídas estas amenidades no espaço, mas, sobretudo, como estas se apresentam ao usuário final, ou seja, sobre a sua qualidade. De fato não seria exagero considerar que nas grandes cidades brasileiras, embora os serviços

públicos sejam relativamente bem distribuídos no espaço, a qualidade do que é oferecido varia sensivelmente de um lugar para outro.

Como será mostrado para o caso da RM de Campinas, aspectos essenciais ligados à qualidade dos serviços públicos são claramente desfavoráveis às áreas mais periféricas. Da mesma forma estudos como os de Azevedo (2008) e da Cunha et al. (2009) mostram que nos casos da saúde e educação, respectivamente, para a população de baixa renda viver em áreas mais distantes do centro significa quase sempre contar com serviços de pior qualidade.

Assim, ao considerar a questão da vulnerabilidade a partir da perspectiva do enfoque AVEO (Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades, Kaztman e Filgueiras, 2006), ou seja, que a condição de vulnerabilidade depende ao mesmo tempo das oportunidades existentes e dos ativos (tangíveis ou intangíveis) disponíveis para acessá-las, se pode imaginar uma chave que ligue essa condição (de vulnerável) à segregação.

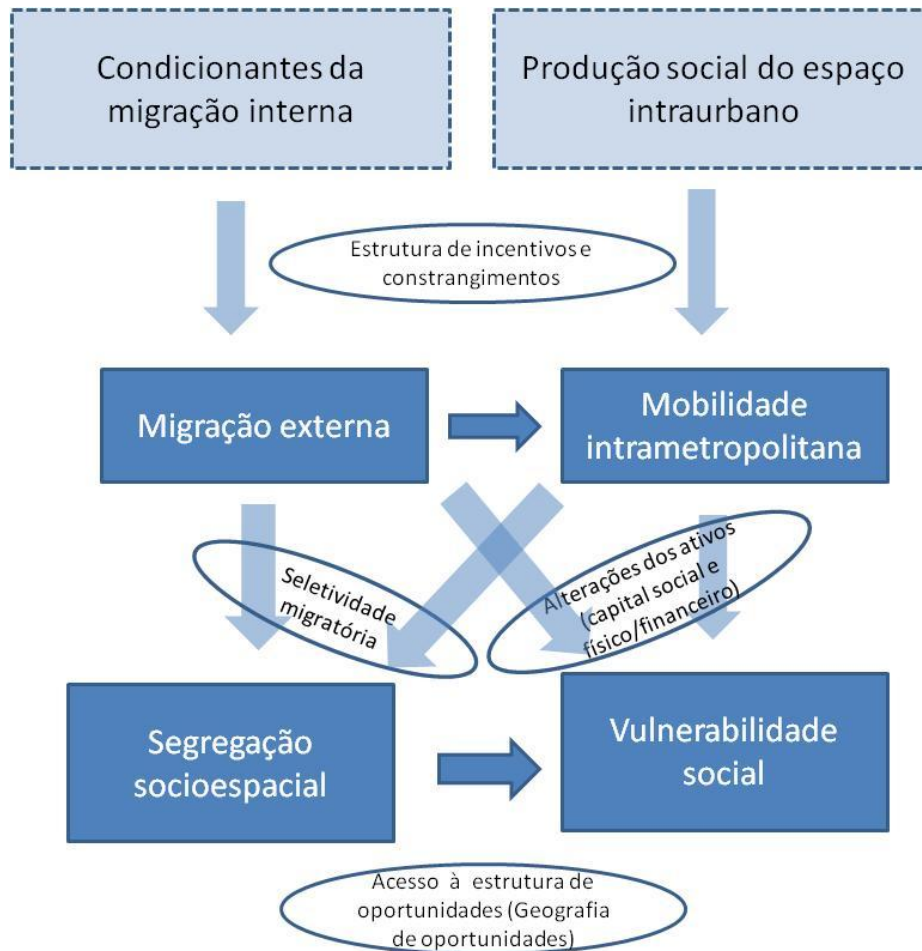
Ou seja, vulnerabilidade e segregação poderiam encontrar umnexo na medida em que o espaço geográfico ocupado pelas pessoas ou famílias lhes dificultaria (ou facilitaria) o acesso às oportunidades existentes na metrópole, fossem estas dadas pelo mercado, Estado ou mesmo pela comunidade.

O diagrama abaixo esquematiza a presente proposta de articulação entre mobilidade espacial (ou residencial), segregação e vulnerabilidade. Note-se que sob os títulos “condicionantes da migração interna” e “produção social do espaço” – propositalmente deixados em caixas tracejadas – estariam todos os elementos estruturais que interferem na migração para e dentro da metrópole os quais, embora centrais para o entendimento do fenômeno, não são objeto desse estudo.

Essa proposta busca mostrar, portanto, não apenas o impacto que a “decisão” de migrar tem sobre ambos os fenômenos, mas também que existe uma sorte de reforço do efeito da migração sobre a vulnerabilidade social via segregação socioespacial.

Diagrama 1

Relação entre mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade



III. Algumas evidências empíricas

As considerações e reflexões apresentadas acima refletem uma tentativa de síntese de uma experiência de investigação que guiada pela noção de vulnerabilidade também transitou por dois elementos centrais e constitutivos da dinâmica sociodemográfica das metrópoles: a segregação e a mobilidade espacial da população.

Nesse sentido, o que se apresenta a seguir são alguns elementos pinçados de estudos já realizados ou de informações ainda inéditas em processo de análise que poderiam fornecer algum suporte para as proposições aqui levantadas. Embora permitam respaldar empiricamente boa parte do que aqui se propõe, não poderiam ser consideradas conclusivas, até porque refletem uma parte de um processo investigativo que, certamente, ainda tem muito sobre o que avançar.

Os dados aqui utilizados provêm basicamente de duas principais fontes: o censo demográfico e uma pesquisa domiciliar realizada em 2007 que envolveu uma amostra estratificada de 1680 domicílios na RM de Campinas⁵.

III.1. Mobilidade e segregação

Um dos estudos realizados mostra claramente como a migração contribuiu não apenas para o crescimento, mas também a acentuação da segregação socioespacial na RM de Campinas. Assim, Cunha et.al. (2006) mostram que o impacto da migração sobre o crescimento dos municípios metropolitanos foi bastante significativo.

Não é de se estranhar que, com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos trinta anos, o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole... mesmo que a intensidade da migração líquida (ou saldo migratório) tenha sofrido uma pequena redução, ainda se percebe que os ganhos populacionais regionais cresceram de uma década para a outra, como atesta o incremento dos saldos médios anuais calculados (de cerca de 26,1 para 27,7 mil pessoas). Estes dados confrontados com o crescimento demográfico ... permitem perceber o impacto que os ganhos migratórios de vários dos municípios tiveram sobre suas dinâmicas demográficas. (p. 344)

No entanto, o mesmo trabalho destaca a natureza peculiar da migração nessa região na medida em que a modalidade intrametropolitana não teria, com em outras RMs, peso tão importante no crescimento dos municípios quanto a migração de origem externa. De qualquer maneira, na década de 90, mais de um terço de emigração gerada internamente na região teve como destino a própria região. Na verdade, esta característica foi corroborada pela pesquisa domiciliar realizada em 2007, muito embora os dados sugiram que migração intrametropolitana tenha se reduzido ainda mais. De fato, essas informações mostram que menos de 19% dos migrantes apresentavam como residência anterior algum município da região, sendo que mais de 45% apresentavam como último destino algum município do Estado de São Paulo. (Cunha, 2009)

⁵ Para maiores detalhes sobre a pesquisa e seus primeiros resultados ver “Sumário de Dados da RM de Campinas” em www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade.

Esse estudo mostra ainda que, do ponto de vista da segregação socioespacial, a região mostrava-se não apenas dividida em áreas com maiores concentrações de riqueza e pobreza, mas pouca variação dessa situação em um período de dez anos.

“É também interessante notar que, de 1991 a 2000, não ocorreram grandes alterações nos níveis de segregação, muito embora valha a pena mencionar o aumento desta na comparação das categorias chefes com mais de 10 SM e aqueles com até 5 SM...” (p.357).

Ou seja, se houve alguma alteração esta se deu mais no sentido de uma “gentrificação” (p.357) ainda maior de parte do território regional. Além disso, interessa para este estudo destacar que justamente as áreas de maior concentração da pobreza regional (a chamada “cordilheira da pobreza”) foram as que mais sofreram o impacto da migração seja ela a de origem interna ou mesmo externa, o que mostra inegavelmente o impacto desse fenômeno sobre a segregação.

Em estudo mais recente Cunha e Jakob (2008) apresentam mais evidências nesse sentido. De fato ao analisarem dados sobre categorias sócio-ocupacionais (Tabela 1) atestam não apenas a forte diferenciação existente entre as duas “cordilheiras”, mas também o papel da migração na ampliação da segregação socioespacial.

Tabela 1

Volume da população economicamente ativa(*) maior de 14 anos segundo categorias ocupacionais
RM de Campinas
2000

Local de Residência	Condição de Migração	Categorias Ocupacionais							Total
		Desempregado na semana do Censo	Capitalistas	Executivos e Profissionais	Micro-empresários	Trabalhadores manuais	Trabalhadores não-manuais	Outros (**)	
Campinas	Migrante	19,8	0,7	9,2	14,4	38,0	17,3	0,6	49.971
	Não Migrante	15,9	1,4	8,1	18,4	34,0	21,7	0,4	426.106
	Total	16,3	1,3	8,2	18,0	34,4	21,3	0,5	476.077
Hortolândia	Migrante	24,7	0,2	2,2	14,3	45,9	12,0	0,8	17.008
	Não Migrante	21,1	0,3	1,7	16,1	46,5	13,5	0,8	55.158
	Total	22,0	0,3	1,8	15,7	46,3	13,1	0,8	72.167
Sumaré	Migrante	20,5	0,1	2,7	14,6	48,3	13,6	0,2	17.364
	Não Migrante	19,7	0,2	2,1	15,5	48,9	13,3	0,3	76.859
	Total	19,8	0,2	2,2	15,4	48,8	13,4	0,3	94.223
Valinhos	Migrante	12,3	2,1	10,1	19,3	41,3	14,7	0,1	6.745
	Não Migrante	12,1	1,5	6,1	18,3	43,2	18,6	0,3	35.085
	Total	12,1	1,6	6,7	18,5	42,9	17,9	0,3	41.831
Vinhedo	Migrante	12,5	2,5	10,7	18,3	38,6	16,5	0,8	4.230
	Não Migrante	12,7	2,1	6,2	18,1	45,1	15,6	0,2	20.190
	Total	12,7	2,1	7,0	18,1	43,9	15,7	0,3	24.419
Total RMC	Migrante	19,0	0,8	6,3	15,1	44,0	14,4	0,5	160.204
	Não Migrante	15,9	1,2	5,5	17,8	41,4	17,7	0,5	977.089
	Total	16,3	1,1	5,6	17,4	41,8	17,2	0,5	1.137.293

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000

(*) refere-se à definição da "PEA restrita", ou seja, aquela definida tendo como período de referência a última semana.

(**) Inclui os Aprendizes ou Estagiários sem remuneração, Não remunerados em ajuda a membro do domicílio, Trabalhador na produção para o próprio consumo e Ocupações mal especificadas.

Retirado de Cunha e Jakob, 2008

Assim, segundo esse estudo as diferenças na composição dos residentes em distintas áreas da região, assim como a seletividade apresentada pelos migrantes nestas zonas permitiriam dizer que:

“...a migração estaria contribuindo para o aprofundamento da segregação socioespacial regional, pelo menos quando esta é considerada em nível municipal. De fato, enquanto nos municípios de maior concentração de pobreza (Hortolândia e Sumaré) as diferenças entre as distribuições por estrato social de migrantes e não-migrantes são praticamente desprezíveis, o mesmo não ocorre nos municípios da porção sudeste da região. De fato, nesses casos percebe-se que os migrantes recentes encontram-se, em geral, em posições sociais mais privilegiadas que os “não-migrantes”; como se percebe, os migrantes, em comparação aos “não-migrantes”, se mostravam muito mais concentrados nos estratos “capitalistas, executivos e profissionais” em detrimento, sobretudo, do estrato “trabalhador manual”. Esse processo de “elitização” da população destas áreas, como já mencionado, é claramente compreensível em função do processo de transformação pelo qual passa essa zona da região metropolitana.”
(p.11)

Da mesma forma, os dados da pesquisa domiciliar mostram não apenas a grande diferenciação socioeconômica existente entre distintas áreas da região, mas também que os migrantes que se dirigem para estas zonas apenas reforçam estas desigualdades socioespaciais. De fato, quando se observa o perfil segundo a renda per capita familiar dos responsáveis pelos domicílios, percebe-se que justamente a migração com maior concentração de pessoas de baixa renda é encontrada nas zonas mais vulneráveis⁶. Além disso, a migração nessas áreas apresenta um perfil ainda mais empobrecido que o da população total, o que permite inferir que, dependendo do volume desse fenômeno, esta pode inclusive aprofundar o grau de segregação.

⁶ As “Zonas de Vulnerabilidade” (ZV) foram obtidas a partir da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade decorreria da ausência (ou escassez) de ativos, estes classificados em termos de três categorias de capitais: físico/financeiro, humano e social. Tais dimensões foram avaliadas a partir dos dados censitários disponíveis em nível intra-municipal para áreas menores e envolveram indicadores relativos a infra-estrutura dos domicílios; acesso a diferentes formas de proteção social, como programas de transferência de renda e seguridade social; acesso à educação e outros elementos relativos às relações e composição familiares. Uma análise de conglomerados resultou em quatro ZVs que foram numeradas segundo o grau decrescente de vulnerabilidade.

Tabela 2

Responsáveis por domicílios por renda per capita familiar segundo condição migratória e zona de vulnerabilidade de residência							
RM de Campinas							
2007							
Zona de Vulnerabilidade	Condição Migratória	Renda per capita em Salários Mínimos (SM)					Total
		Menos de 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM	3 a 5 SM	5 e mais SM	
1	Migrante	64,1	29,8	4,5	1,4	0,3	100,0
	Não Migrante	54,1	30,2	7,2	5,6	3,0	100,0
	Total	62,1	29,8	5,0	2,2	0,8	100,0
2	Migrante	47,1	41,6	6,6	3,7	0,9	100,0
	Não Migrante	32,7	53,0	9,5	1,6	3,3	100,0
	Total	44,7	43,6	7,1	3,3	1,3	100,0
3	Migrante	23,9	41,0	16,1	14,8	4,1	100,0
	Não Migrante	19,8	35,7	18,4	13,4	12,7	100,0
	Total	11,1	29,6	25,1	24,4	9,8	100,0
4	Migrante	13,7	32,2	23,9	24,3	5,8	100,0
	Não Migrante	8,8	27,3	26,1	24,5	13,2	100,0
	Total	11,1	29,6	25,1	24,4	9,8	100,0

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

III.2. Mobilidade e vulnerabilidade

Como desenvolvido na seção anterior, parte-se do pressuposto que a mobilidade espacial pode interferir na vulnerabilidade dos indivíduos e famílias a partir de seus efeitos sobre o ganho/acúmulo ou perda de ativos particularmente aqueles ligados ao capital físico/financeiro (especialmente monetário via inserção no mercado de trabalho e habitacional) e o social. No caso do capital social, pode-se pensar que a existência ou não (e a influência ou não) das redes sociais poderia ter efeitos significativos sobre as condições de vida dos migrantes, não apenas a partir do suporte inicial no momento da chegada destes aos seus destinos, mas também na continuidade e aprofundamento de seus potenciais benefícios em termos de ajuda, informação, suporte financeiro etc..

Em trabalho recentemente realizado (Cunha, 2009) foi possível explorar alguns elementos nesse sentido. É importante, em primeiro lugar observar que as a habitação e trabalho aparecem como as principais motivações para a migração seja ela de origem externa ou mesmo a intrametropolitana. De fato ao se desconsiderar os motivos agrupados na categoria “acompanhar família” - que respondeu por cerca de 30% das respostas -, o peso do trabalho seria de 44% e a moradia 10%. As diferenças entre migrantes externos e intrametropolitanos se exprimem sobretudo no maior peso da questão habitacional destes últimos (20%) e comparação com os primeiros (10%).

Isso significa considerar que mesmo para os migrantes intrametropolitanos a questão laboral é um elemento central para o seu deslocamento dentro da região. Contudo, uma vez

que a pesquisa domiciliar não fornece dados sobre a trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho, é impossível saber como tal deslocamento afetaria os ativos dos indivíduos ou de suas famílias.

De qualquer maneira, a questão habitacional poderia ser considerada como algo que incrementaria os ativos destas pessoas. Na verdade, ao menos uma informação fornece interessantes indicações sobre o impacto da migração nessa dimensão. Assim, ao cotejar a situação habitacional do responsável pelo domicílio no momento da chegada e no momento da entrevista, quanto à condição de propriedade, percebe-se que esta era sistematicamente pior antes da migração, sempre e quando, é claro, se considere que a propriedade da habitação seja um objetivo a alcançar.

A mesma Tabela 3 também permite mostrar o efeito do tempo de residência sobre essa dimensão da vida das pessoas: embora o migrante recente, por serem “proprietários” em maior proporção, apresente melhor situação no momento de chegada à região – provavelmente um “efeito de período”⁷ –, não há dúvidas que a situação presente favorece aqueles mais antigos. Ou seja, ao menos com os dados aqui analisados, pode-se pensar que a migração teria impacto significativo sobre a melhoria na segurança habitacional, ao menos no que se refere ao um dos importantes aspectos dessa questão, ou seja, a condição de propriedade⁸.

⁷ Na verdade é bem possível que os recém-chegados à RMC possam ter encontrado uma melhor situação conjuntural com relação ao acesso à casa própria. No entanto, comprovar tal hipótese requer certamente uma análise detalhada do mercado habitacional da região, bem como das políticas sociais nesse sentido.

⁸ Na verdade, particularmente no caso brasileiro, não necessariamente a mudança para uma residência própria significa uma melhoria nas condições construtivas e ambientais da mesma. Via de regra, para a população de mais baixa renda o preço a pagar para se ter acesso à casa própria muitas vezes é ter que viver em áreas mais distantes, desprovidas de infra-estrutura e em construções mais precárias do ponto de vista estrutural. Por questões de espaço, não se aprofundará a discussão desse aspecto nesse texto.

Tabela 3

Migrantes responsáveis por domicílio com casa própria, classificados por tempo de residência e residência anterior, segundo condição de propriedade na chegada à região e ao município.

RM de Campinas, 2007

Condição Migratória (*)	Com casa própria atualmente	Condição de propriedade			
		Própria	Alugada	Outra	n
		Na chegada à região			
Migrante intrametropolitano	74,0	46,1	43,7	10,2	(116)
Migrante de fora da RMC	73,4	28,7	56,8	14,5	(621)
Migrante recente	43,1	50,9	37,1	12,0	(129)
Migrante antigo	79,4	26,1	59,2	14,7	(785)
		Na chegada ao município			
Migrante intrametropolitano	74,0	55,7	34,9	9,4	(121)
Migrante de fora da RMC	73,4	32,4	55,3	12,3	(561)
Migrante recente	43,1	43,8	44,4	11,9	(112)
Migrante antigo	79,4	33,5	55,3	11,2	(734)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

Retirado de Cunha, 2009

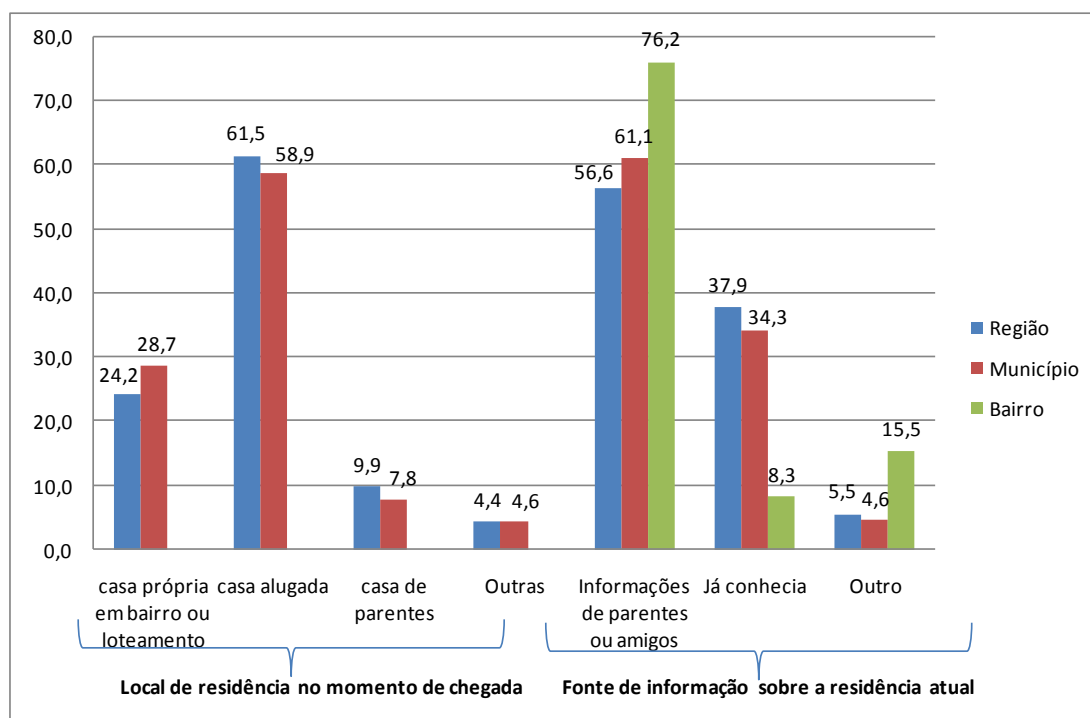
Mas o impacto da migração também pode ser avaliado a partir de ganhos ou perdas de capital social. Novamente os dados da pesquisa domiciliar permitem perceber seus efeitos sobre as relações sociais dos indivíduos e suas famílias. Assim, no trabalho mencionado anteriormente, a questão das redes sociais foi avaliada sobre duas perspectivas: como recurso para empreender a migração e como ganhos (ou perdas) em termos das relações sociais.

No primeiro caso, o Gráfico 1 revela que apenas uma pequena parcela dos chefes de domicílio utilizaram o recurso de residir em casa de parentes ou amigos na chegada à região, ou ao município de residência no momento da pesquisa. No entanto, o mesmo gráfico também mostra que a informação de parentes ou amigos foi central para a escolha do local, principalmente em se tratando do bairro, uma vez que mais 76% dos chefes declararam ter utilizado essa fonte. Além disso, percebe-se que esse tipo de expediente é muito mais freqüente entre as pessoas residentes nas áreas mais periféricas e vulneráveis; por exemplo enquanto mais de 85% dos residentes nas ZV1 e ZV2 obtiveram informações sobre os bairros

onde residem a partir desse canal, apenas 55% daqueles que vivem na ZV4 (a zona menos vulnerável da região) utilizaram o mesmo recurso.

Gráfico 1

Migrantes responsáveis por domicílio por lugar onde residiram no momento da chegada à região e município de residência atual
RM de Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

Retirado de Cunha, 2009

Já no segundo caso, ou seja, o impacto da migração sobre as relações sociais, os dados mostram, por exemplo, que, para mais de 56% dos responsáveis por domicílio, estas aumentaram no caso de parentes e, em quase 48% dos casos, a melhoria foi citada especificamente com relação aos vizinhos (Tabela 4). É interessante notar ainda que existe uma significativa diferença entre os ganhos com relação à ajuda de parentes e vizinhos entre migrantes intrametropolitanos e externos, sendo que a migração para os primeiros implicou, aparentemente, em menores retornos em termos das relações de parentesco e vizinhança. Ou seja, os dados sugerem que os impactos foram diferenciados e provavelmente com conseqüências distintas caso se tratasse de um migrante vindo diretamente de fora para o seu destino ou com experiências anteriores na região.

Tabela 4

Migrantes responsáveis por domicílios por lugar de residência anterior (*) segundo impacto da migração para o município de residência atual sobre ajuda proveniente de parentes e vizinhos RM de Campinas, 2007

Residência anterior	Sobre a ajuda de parentes				
	Acabaram ou diminuíram significativamente	Aumentaram	Ficaram do mesmo jeito	Não sabe dizer	n
Migrante intrametropolitano	4,2	42,5	52,0	1,4	(113)
Migrante de fora da RMC	3,5	60,2	34,2	2,0	(526)
Total	3,1	56,5	36,4	4,1	(816)
	Sobre a ajuda de vizinhos				
Migrante intrametropolitano	4,3	39,8	54,6	1,3	(113)
Migrante de fora da RMC	2,2	46,2	48,6	3,1	(526)
Total	2,2	47,7	46,7	3,4	(816)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

Retirado de Cunha, 2009.

De fato, esse resultado era de certa forma esperado, uma vez que a experiência prévia na metrópole poderia ser considerada como condição importante para o acúmulo desse tipo de ativo, o que justificaria os menores ganhos com a migração. Além disso, os dados do survey dão conta que tais ganhos estariam atrelados ao tempo de residência do indivíduo no município de destino já que, nesse caso, fica patente que os mais antigos são os que declaram majoritariamente terem melhorado suas relações com parentes (59%) e vizinhos (50%) em comparação com os migrantes recentes cujos percentuais se reduzem consideravelmente (46% e 38%, respectivamente).

De qualquer forma não se pode esquecer que com os dados disponíveis fica difícil saber se tais ganhos nas relações sociais se reverteriam em ativos para a redução da vulnerabilidade à pobreza. Na verdade, mais investigações seriam necessárias para avaliar o poder (ou não) destas relações como forma de apoio efetivo às pessoas e suas famílias. Nesse sentido, deve-se lembrar as proposições aqui levantadas sobre os impactos dos vínculos forte

e fracos sendo que provavelmente estes últimos tenham maior impacto que os primeiros. Se assim for é muito provável que ser migrantes intrametropolitano acabe sendo uma condição vantajosa para a acumulação desse tipo de ativo.

III.3 Segregação e vulnerabilidade.

Como dito anteriormente, uma das formas que se poderia ligar o fenômeno da segregação socioespacial à vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias seria a partir da consideração dos efeitos da primeira sobre o acesso às oportunidades oferecidas pela metrópole, sendo estas provenientes não apenas do Estado e do mercado, mas também das próprias comunidades. Ou seja, seria o caso de se avaliar como a localização espacial estaria afetando o acesso a tais oportunidades, pensando tal acesso não apenas a partir da lógica de existência ou não de ofertas, mas também da qualidade do que se dispõe.

Do ponto de vista das evidências acumuladas no âmbito do processo de investigação até aqui realizado ao menos três questões foram exploradas: a primeira relacionada à heterogeneidade espacial da qualidade dos serviços de infra-estrutura urbana e habitação oferecidos na região metropolitana; a segunda com relação aos impactos dessa heterogeneidade sobre os serviços de saúde e educacional; finalmente uma terceira sobre evidências do efeito do lugar de moradia sobre a forma de inserção no mercado de trabalho.

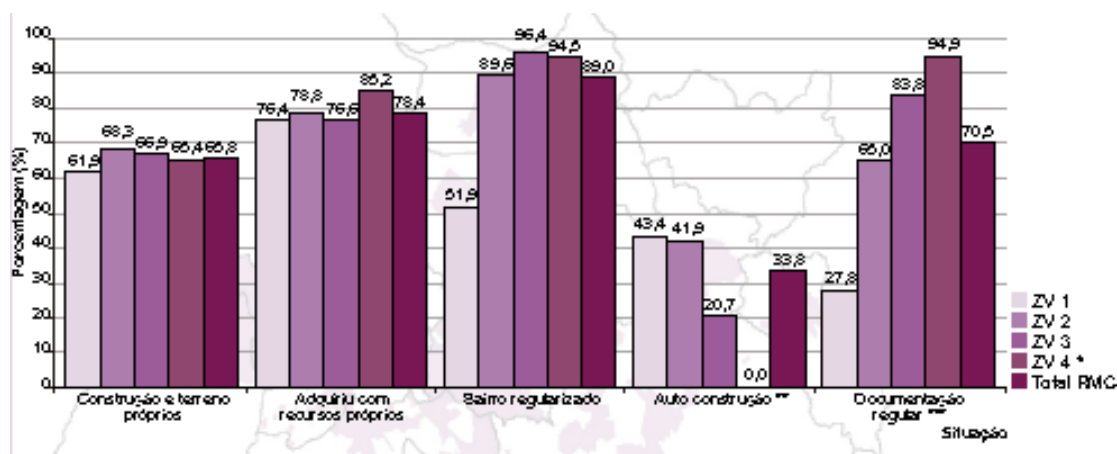
Infelizmente várias outras questões ainda carecem de investigação tendo em vista suas importâncias para compreender as relações entre os dois fenômenos em questão. Dentre elas poder-se-ia citar: os efeitos da localização espacial sobre o comportamento social e desempenho dos indivíduos; sobre o acesso a diversas políticas públicas, entre elas as de transferências de renda; sobre a diversidade e qualidade das informações disponíveis; sobre o impacto efetivo dos ganhos ou perdas nas relações sociais na aquisição de ativos; sobre o peso das percepções estigmatizantes no acesso às oportunidades, entre elas o mercado de trabalho; sobre a acessibilidade física (especialmente em termos dos tempos e custos de deslocamento) às oportunidades etc.⁹.

No que tange ao acesso aos serviços de infra-estrutura e habitação dados do Sumário de Dados da Região Metropolitana de Campinas (Cunha (org), 2009) deixam claro alguns elementos que diferenciam as zonas mais e menos vulneráveis da região.

⁹ Essas questões poderiam ser enquadrada nas discussões sobre os “efeitos de bairro” e “desajuste espacial” (spatial mismatch) e são discutidas com maior detalhe em Flores, 2006 e Flores et. al., 2008.

Como se nota no gráfico 2, existe uma clara diferenciação em termos da situação de posse e portanto do que se poderia chamar de “segurança habitacional” entre as diferentes partes da RMC. Assim, percebe-se que enquanto cerca de 90% dos domicílios da RMC encontra-se em bairros regularizados, esse percentual reduz-se para menos de 62% no caso daqueles localizados na zona mais vulnerável (ZV1). O mesmo pode ser dito com relação à existência de documentação do imóvel já que na ZV1 apenas 27% dispõe de algum documento que comprove a posse.

Gráfico 2
Situação de posse do domicílio, forma de aquisição, forma de construção e regularização fundiária, segundo Zonas de Vulnerabilidade RM de Campinas, 2007



Fonte: Cunha (org.), 2009.

Situação parecida pode ser constatada quanto à forma de construção das habitações já que mais de 43% dos domicílios da ZV1 são auto-construídos, situação que não se observa na ZV4 (a menos vulnerável) ou é muito menos presente na ZV2.

Do ponto de vista do acesso a infra-estrutura, mesmo que os indicadores mais tradicionais mostrem que a maioria dos domicílios metropolitanos encontram-se servidos por luz, água e até esgoto, um olhar mais atento através de indicadores alternativos mostra que tal “universalização” não é tão real assim.

Senão vejamos. Como mostra o Gráfico 3, novamente as zonas mais vulneráveis da região apresentam mais deficiências com relação, por exemplo, à regularidade de fornecimento de água, à coleta de esgoto ou mesmo coleta diária de lixo. Nesse último caso, nota-se que na ZV1 apenas 5% dos domicílios contam com coleta diária contra 94% da ZV4 (coincidentemente as zonas mais centrais e elitizadas) ou 44% da ZV3.

Tabela 5

Acesso e frequência dos serviços de saneamento básico, segundo Zonas de Vulnerabilidade RM de Campinas, 2007

Serviços	Zonas de Vulnerabilidade				
	1	2	3	4	Total RMC
Água ligada à rede geral com canalização interna	96,0	99,8	99,8	100,0	98,6
Fornecimento continuado de água	82,0	88,2	92,3	99,2	90,4
Esgoto ligado à rede coletora	59,3	85,7	99,5	99,6	86,3
Coleta de lixo	98,9	99,8	99,5	100,0	99,5
Coleta de lixo diária	5,2	18,9	44,2	94,0	40,6

Fonte: Cunha (org.), 2009.

Com relação ao acesso a serviços a questão se repete: mesmo que seja verdade que a disponibilidade de escolas e postos de saúde seja bastante capilarizada na região, ou seja, estejam relativamente próximos da população, existem indicações de que a qualidade destes não seja a mesma nas várias regiões da cidade.

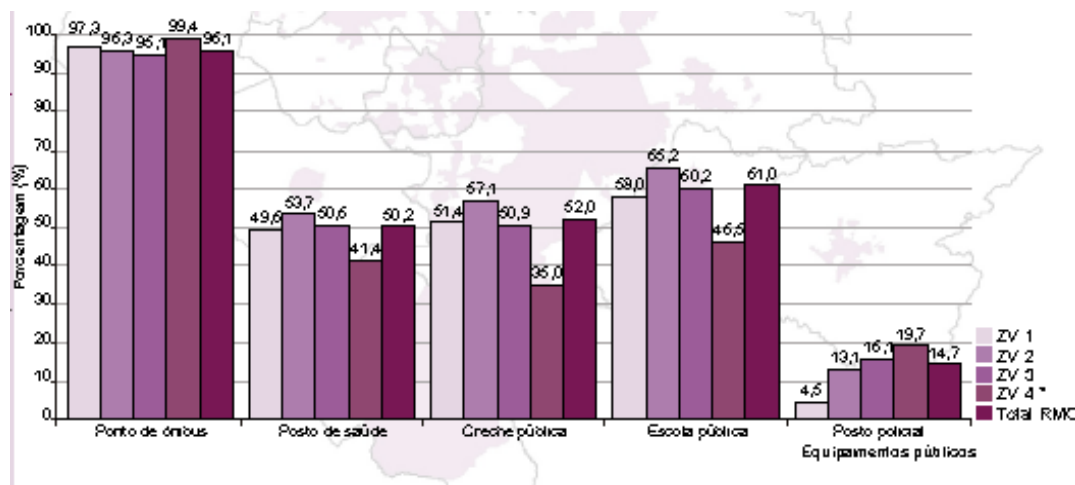
De fato, o Gráfico 3 não deixa dúvidas sobre a proximidade dos serviços com relação à residência das pessoas. Com exceção do “posto policial”, a maioria dos outros serviços parecem estar muito próximos haja vista os percentuais significativos de domicílios distantes apenas a dez minutos de caminhada destes serviços públicos. No entanto, chama a atenção que justamente um dos serviços que atualmente exigiria mais atenção por conta da violência, o posto policial, é aquele mais distante das pessoas que vivem nas periferias mais afastadas, que envolvem a maior parte dos domicílios das ZV1.

No entanto, para efeitos do argumento desse estudo, o que mais interessa nesse caso é discutir aspectos qualitativos destes serviços como os realizado em dois estudos anteriores sobre educação (da Cunha et.al., 2009) e saúde (Azevedo, 2008).

O trabalho de da Cunha et.al. (2009) enfocou a o desempenho das crianças campineiras em um exame de avaliação do aprendizado, o SARESP, considerando não apenas o impacto de suas características sociais, especialmente de seus pais, mas também a infraestrutura disponível nas escolas e, claro, o lugar de residência das mesmas.

Gráfico 3

Domicílios distantes até 10 minutos a pé de equipamentos públicos selecionados, segundo Zonas de Vulnerabilidade
RM de Campinas, 2007



Fonte: Cunha (org.), 2009.

O primeiro elemento que chama a atenção nesse estudo é fato de que ao considerar quatro tipos de equipamentos importantes na escola (biblioteca, laboratório de informática e de ciências e quadra de esportes), constatou-se uma clara diferenciação entre as escolas mais centrais comparativamente àquelas mais periféricas que, obviamente, apresentavam piores condições. O estudo denuncia estas diferenças sobretudo tendo em vista que elas não deveriam existir:

“It would be no exaggeration to state that, since public schools operate on the basis of a single educational policy (same wages, forms of access and composition of faculty, school lunch programs, educational material, training of teachers, etc.), there would be no reason why these schools, especially those operated by the state government, should be heterogeneous, at least from the point of view of their infrastructures. However, information on Campinas state schools show that there are major differences from one school to another and, more importantly, that this difference is related to the location of the schools within the municipality.” (pag.9)

Os dados mostrados nesse estudo deixam claro que a maioria das escolas situadas nas regiões mais distantes do centro da cidade são as que menos equipamentos registram.

“As can be seen in Figure..., the hot spots¹⁰ of poverty (high–high on the map) contain the highest concentrations of poorly equipped schools, whereas the better or best equipped schools are located in the central of the city and other areas where the more affluent live. It can therefore be seen that most of the schools with the lowest quality (such as those that offer no, or only one, “service”) are located in the peripheral areas of the municipality, although some are located in the central region. This does not mean, however, that better equipped schools cannot be found in poorer areas.” (P.9)

A figura a que se refere o excerto acima é o mapa 2 que se reproduz a continuação. Nela fica muito clara a afirmação feita.

Finalmente o estudo mostra como a segregação socioespacial parece ter efeito sobre o rendimento escolar das crianças. Usando um modelo de regressão foi possível estimar o efeito de viver em zonas de alta concentração de pobreza sobre essa variável, uma vez controlada não apenas as características das crianças, mas também as das escolas. O resultado do modelo mostra que, além do efeito da infra-estrutura escolar e da educação do chefe do domicílio, o coeficiente relativo à localização nos “hot spots” de pobreza foi um dos mais significativos.

Embora os próprios autores alertem para o perigo dos resultados estarem influenciados pelo que se conhece como “falácia ecológica” - já que as notas do SARESP disponíveis não se referiam às crianças individualmente, mas a uma média das escolas localizadas em áreas onde estas residiam -, os dados analisados são muito convergentes no sentido de se sustentar que o efeito da localização de residência sobre o desempenho educacional das crianças é significativo.

Mapa 2 aqui

A uma conclusão semelhante, embora com métodos e dados bem distintos chega a tese de doutorado de Simone Azevedo (2008)¹¹ que, entre outros objetivos, visava mostrar que viver na periferia poderia significar, entre outras questões, prejuízos sobre a qualidade dos serviços aos que a população pode recorrer ou ter efetivo acesso. Nesse estudo alguns dos

¹⁰ A técnica utilizada no estudo em questão para identificar concentrações de pobreza ou riqueza se baseia na idéia da auto-correlação espacial. Assim, são chamados “hot spots” (high-high) aquelas zonas da cidade onde fosse registrada grande correlação entre as unidades de observação (no caso, os setores censitários) com relação à condição socioeconômica dos seus moradores, ou seja, áreas onde houvesse maior homogeneidade socioespacial. Os “cold spots” (low-low) diriam respeito a áreas onde se concentrariam os não pobres. Também haveriam situações de zonas onde os pobres estariam “cercados” por ricos (low-high) e vice versa (high-low) e outras onde a heterogeneidade socioespacial seria bem elevada (not significant). Para maiores detalhes ver daCunha et.al., 2009.

¹¹ Foi aluna do programa de doutorado em Demografia do IFCH/UNICAMP e pesquisadora ativa no projeto “Vulnerabilidade”.

mecanismos que geram tais efeitos puderam ser sugeridos a partir de uma metodologia de análise que mais além dos dados quantitativos, explorou técnicas qualitativas como a observação participativa e entrevistas com distintos tipos de atores, como profissionais da área de saúde, pacientes, diretores, coordenadores etc..

Embora não seja objetivo aqui recuperar toda a contribuição dessa tese, acredita-se ser necessário lembrar alguns pontos que podem ajudar no argumento que busca ligar a segregação à vulnerabilidade. O primeiro deles diz respeito ao fato de que mesmo no município de Campinas, um dos mais ricos e detentor de um elevado índice de desenvolvimento humano, viver na periferia é também um problema no caso da saúde.

Azevedo (2009) mostra que nas regiões periféricas do município as condições são bem distintas das observadas nas zonas mais centrais e, pior ainda, a distância e custos podem até inviabilizar o acesso em certas ocasiões.

“Nas regiões mais periféricas observou-se que também o atendimento programático do PSF (Programa Saúde da Família) fica comprometido tanto pela grande demanda, quanto pela falta de funcionários, conforme detalharemos mais adiante. Destaca-se que a mobilidade pela cidade em busca de atendimento de saúde em outros CSs (Centros de Saúde) é um privilégio que nem todos podem se permitir. Ela ocorre mais frequentemente nos casos em que a população já se desloca para trabalhar, aproveitando então para utilizar serviços de outro CS [Centros de Saúde], geralmente próximo de seu local de trabalho. O custo com meios de transporte faz com que o deslocamento apenas para usar os serviços de outros CSs seja proibitivo para muitas pessoas, principalmente àqueles que moram nas áreas distantes e carentes, muitas vezes sem emprego e, portanto, sem condições de arcar com os custos de transporte para se consultarem em outro CS. (p. 133)

A autora alerta que estes problemas podem se complicar ainda mais quando o necessitado do serviço é um idoso. Além disso, suas investigações mostraram que muita gente deixa de buscar atenção simplesmente porque não dispõe de recursos para o deslocamento.

A falta de equipes completas e de médicos por períodos longos também, segundo a autora, comprometiam o atendimento dos CS para a população das áreas mais distantes da cidade. Interessante para o argumento aqui defendido é que a questão não se colocava simplesmente como um problema de estrato socioeconômico, já que o estudo mostrou que alguns CS mais centrais apresentavam condições gerais melhores mesmo no caso de atenderem à população de mais baixa renda.

“Estes casos de equipes sem médicos por anos ocorrem principalmente nos CSs das áreas mais pobres e pertencentes aos Distritos Sul, Sudoeste e Noroeste. Nos Distritos Norte e Leste, apesar de alguns CSs terem bolsões de pobreza e favelas em suas áreas de atendimento, esta situação não é comumente observada”. (pag. 135)

Os mecanismos que mais parecem interferir na qualidade dos serviços nas periferias dizem respeito a certas características dos próprios médicos como suas preferências pelos consultórios particulares, suas necessidades de compatibilizar mais de um trabalho etc.. Segundo Azevedo (2009):

“Embora haja este diferencial de salário para os profissionais que atuam em áreas mais carentes da cidade e com condições adversas de trabalho, o mesmo não tem sido suficiente para garantir a fixação e alocação de recursos humanos nestes locais, em especial para o caso do profissional médico... Trata-se de uma experiência de “meio tempo” para o médico, não sendo seu objetivo fixar-se naquele local. Tal prática não permite o estabelecimento de vínculos com a comunidade conforme estabelecido pelo Programa Saúde da Família e conforme busca a Atenção Básica.” (pags.136/37)

Não fica difícil imaginar com tal instabilidade influencia na dinâmica de trabalho destes CSs que deixariam de cumprir uma de suas principais atribuições, ou seja, o atendimento integral à saúde, como rezam as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde). Azevedo constata em suas observações, bem como nas entrevistas, que essa situação leva a que “as consultas de rotina ou preventivas sejam desconsideradas tendo em vista a necessidade de se dar prioridade de atendimento a pacientes em pior situação, desvirtuando a função do CS que passa a funcionar com um verdadeiro Pronto Socorro” (pag. 139).

Outros elementos ligados à localização dos CSs mais distantes das zonas centrais da cidade também levariam, segundo Azevedo, a que os médicos apresentassem mais rejeição para trabalharem nesses locais. A distância que muitas vezes inviabilizaria a realização de múltiplas atividades ao longo do dia, a composição e problemas sociais, inclusive a violência e insegurança, também se colocam como dificuldades ou constrangimentos para os médicos.

Um último aspecto abordado por esse estudo merece ser destacado. Trata-se da noção de “burocracia do nível de rua” (Lipsky, 1980, APUD, Azevedo, 2009) que, segundo a autora, poderia ajudar a entender “se as desigualdades de acesso aos serviços de saúde podem ser resultados das diferentes formas de atuação pelos agentes que são os responsáveis pela prestação de serviços” (pag. 152).

Ou seja, embora as políticas possam ser bem planejadas em nível de governo e que tal planejamento possa se revelar, por exemplo, na capilarização dos serviços – que, como já mencionou, é o caso de Campinas –, fica muito difícil garantir que o atendimento e a qualidade dos serviços prestados seja homogênea na “ponta”, uma vez que depende muito das especificidades de cada CS influenciado, por sua vez, pelo lugar onde se localiza.

Um dos exemplos tomados por Azevedo para mostrar essa lógica da desigualdade espacial dos serviços no município de Campinas é justamente o funcionamento previsto pela política pública para um centro de saúde. Segundo a autora nem sempre o “plano ideal de atendimento” é possível de ser posto em prática. Isso porque, continua, “... nos CSs com poucos funcionários e equipes incompletas, muitas vezes o confronto entre usuários e profissionais dá-se na recepção, pois a mesma não tem retaguarda clínica para encaminhar o paciente, sendo possível apenas agendar uma consulta, a qual nestes casos costuma demorar bastante” (pag.153). Novamente o estudo indica os locais onde essa questão se coloca com mais clareza.

“Parece que, não por coincidência, esta dificuldade de se cumprir o fluxo ideal de atendimento é mais freqüente nos CSs dos distritos Sul e Sudoeste, ou seja, justamente as áreas que têm maior demanda pelos serviços e mais dificuldade para alocar recursos humanos. (p.153)

Em suma, o trabalho de Azevedo traz um conjunto importante de considerações e evidências empíricas que ajudam a corroborar a idéia que, de fato, o espaço importa, entre outras questões, quando se trata de acesso às oportunidades oferecidas pelos poder público. Nada melhor que terminar com algumas de suas conclusões:

Apesar das instalações físicas dos CSs já serem bastante parecidas, independentemente da área da cidade onde se encontram, os MSFs têm condições muito diferentes e são justamente os MSFs que se localizam mais próximos das comunidades mais carentes. A proposta de funcionamento dos MSFs é que eles ofereçam o atendimento básico de uma equipe de saúde da família para estas comunidades mais carentes, contando com a retaguarda de apoio da estrutura maior do CS. Todavia problemas com infra-estrutura ainda parecem afastar alguns profissionais destes locais, conforme relatado acima.

Em síntese, ainda que não se possa explicar a oferta de serviços do CS e a alocação de recursos humanos por um único elemento como a localização espacial, os dados quantitativos e qualitativos aqui analisados são muito eloqüentes a respeito da real influência destes últimos sobre os primeiros. Os profissionais são seletivos ao escolherem o seu local de trabalho, sendo que os locais com um maior acúmulo de carências muitas vezes são evitados, ainda que o salário seja maior nestes locais.(p.157/8)

Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, vale a pena mencionar, ainda que rapidamente, um último estudo no qual o efeito do lugar onde se mora foi posto à prova como forma de melhorar ou dificultar o acesso às oportunidades, nesse caso, a uma das mais importantes para se reduzir a vulnerabilidade: o mercado de trabalho.

Em estudo recente, Cunha e Jakob (2008) exploraram a relação existente entre a forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e o grau de segregação socioespacial dos locais onde estes viviam. Ainda que correndo o risco de estarem incorrendo no que se chama em estatística de “endogeneidade” – ou seja, que a variável dependente e independente podem apresentar causalidades recíprocas –, essa análise, também amparada em evidências de outros estudos, mostra que ao controlar algumas das principais variáveis que afetam o desempenho no mercado de trabalho, restam fortes evidências que o local de residência do indivíduo é decisivo para tais resultados.

Usando indicadores como a condição de empregado, formalização do contrato de trabalho e acesso à proteção social, foram avaliadas as influências de variáveis sociodemográficas como sexo, idade, condição migratória e de mobilidade pendular, cor, estado conjugal e educação, assim como a local de residência classificada segundo o índice de Moran, já mencionado.

O quadro 1 mostra um dos modelos logísticos ajustado para a variável “condição de emprego” (dicotômica). Como se percebe, mesmo que muitas das variáveis sociodemográficas mostrem impactos significativos sobre a condição de desemprego, o morar em áreas altamente segregadas também se revela um fator agravante dessa situação. Da Tabela 6 depreende-se que viver, por exemplo, em áreas com alta concentração de população pobre (alto-alto) reduz em quase 39% a probabilidade de estar empregado. No entanto, mais curioso que constatar o óbvio, o seja, que viver em áreas de alta concentração de não pobres aumenta a probabilidade de estar empregado é o fato de que o mesmo acontece quando se vive em uma área pobre cercada por áreas não pobres (alto-baixo).

Esse resultado parece indicar que o lugar onde se vive também tem efeito importante sobre o acesso ao mercado de trabalho o que, a partir do ponto de vista do enfoque AVEO, representaria um elemento central para compreender sua situação de vulnerabilidade.

Tabela 6

Resultados do modelo logístico tendo o *emprego* como variável dependente
RM de Campinas, 2000

Parâmetro	Categorias	Estimador	Erro Padrão	Wald Chi-square	Pr > Chi-square	exp(Est)
Intercepto		-0,3505	0,0487	51,80	<,0001	0,704 ***
Cor	Branca	0,1373	0,0315	19,03	<,0001	1,147 ***
	Outra	-0,0147	0,0592	0,06	0,8044	0,985
Educação	4 a 7	-0,0792	0,0175	20,38	<,0001	0,924 ***
	8+	0,2777	0,0172	261,65	<,0001	1,320 ***
Estado Civil	Casado	0,1842	0,0185	99,53	<,0001	1,202 ***
	Outra	0,0884	0,0282	9,83	0,0017	1,092 **
Idade	20 a 39	0,3252	0,0157	427,14	<,0001	1,384 ***
	40+	0,4298	0,0215	399,74	<,0001	1,537 ***
Migrantes Área de Ponderação	< 10%	-0,0178	0,0453	0,15	0,6948	0,982
	10 a 30%	0,0139	0,0247	0,32	0,5743	1,014
Migração	Intra 0 a 2	-0,0129	0,0692	0,03	0,8525	0,987
	Intra 3 a 5	0,1020	0,0795	1,65	0,1991	1,107
	Externo 0 a 2	-0,2168	0,0434	24,98	<,0001	0,805 ***
	Externo 3 a 5	0,0514	0,0491	1,10	0,2953	1,053
Sexo	Masculino	0,3379	0,0114	882,46	<,0001	1,402 ***
Zona Segregação	Alto-Alto	-0,3293	0,0282	136,47	<,0001	0,719 ***
	Baixo-Baixo	0,2659	0,0340	61,15	<,0001	1,305 ***
	Alto-Baixo	0,0605	0,0487	1,54	0,2141	1,062

Obs: *** p-val < 0,001; ** p-val < 0,05; * p-val < 0,1.

Fonte: Cunha e Jakob, 2008

Comentários finais

Este ensaio teve como principal motivação apresentar algumas reflexões sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial da população, a segregação socioespacial e vulnerabilidade social. Sem a pretensão de ser conclusivo ou definitivo, o conjunto de proposições aqui apresentado representa um processo de construção de relações entre fenômenos sabidamente interconectados e que possuem impacto relevante sobre a dinâmica e desenvolvimento das aglomerações urbanas, em particular as metropolitanas.

A mobilidade espacial, de maneira geral, e a migração, em particular, estão atreladas à estruturação das grandes metrópoles brasileiras, sendo não apenas efeitos, mas, às vezes, até causas desse processo. Assim, além de questão central para se entender o crescimento muitas vezes caótico e pouco regulado (pelo estado) das cidades, esse fenômeno também pode ser visto como elemento importante para se entender tanto as tendências da segregação socioespacial de população, quanto a constituição da condição de vulnerabilidade das pessoas, especialmente com relação ao risco da pobreza e exclusão social. Como se tratou de mostrar nesse estudo, há evidências empíricas nesse sentido.

Do ponto de vista da vulnerabilidade dos cidadãos metropolitanos à pobreza, esta não se expressa apenas pela precariedade como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, ou como são considerados pelo poder público em termos das prioridades para suas ações e investimentos. Tal vulnerabilidade também é influenciada pelo lugar onde vivem estas pessoas já que como se tentou mostrar, a localização na cidade ou região tem efeito sobre o acesso bens e serviços públicos, e as demais oportunidades oferecidas pelas grandes metrópoles a seus cidadãos e cidadãs.

Assim, considerar que mobilidade, segregação e vulnerabilidade possuem nexos claros implica em reconhecer que dificilmente será possível interferir em uma sem que se tenha presente as outras duas. Significa também mostrar que a dinâmica demográfica, embora não possa ser considerada como definidora ou determinante das situações da vulnerabilidade da população, certamente pode ser uma chave interessante a partir da qual seja possível melhor conhecer as trajetórias e mecanismos que levam pessoas e famílias à pobreza.

Esse ensaio surge de uma longa e coletiva experiência de pesquisa que, embora tendo chegado ao seu final, definitivamente não que se esgotou, particularmente no que diz respeito às inquietações que suscitou e que não puderam ser adequadamente tratadas por falta de tempo ou por falta de informações adequadas. Muitas destas inquietações fazem parte deste ensaio que permite vislumbrar novos e complementares caminhos para melhor se compreender a dinâmica sociodemográfica e as conseqüências do crescimento e expansão metropolitanos sobre a vida das pessoas.

Bibliografia

- ARANHA, V. *A migração na Metrópole Paulista. São Paulo em Perspectiva*. Fundação SEADE, vol. 10, n. 2, 1996.
- AZEVEDO, S.J.S. , Segregação e Oportunidades de Acesso aos Serviços Básicos de Saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- BAENINGER, Rosana.. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. **Texto Nepo 35**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000b.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, CEBRAP, n.5, 1973
- _____. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional, notas para discussão. In: MOURA, H. A. (Org.) *Migrações Internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNBETENE,v. 1, p. 845-69, 1980.
- BONDUKI, N.J. e ROLNIK, R. “*Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*”. Cadernos de Estudos e Pesquisas, São Paulo, PRODEUR/USP, n. 2, 1979.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. IN: Bourdieu, P. (org.) *A miséria do mundo*. Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BRITO, Fausto. Brasil, Final de Século: a transição para um novo padrão migratório? Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000.

CUNHA, J.M.P. (org). Sumário de Dados de Região Metropolitana de Campinas. Campinas. NEPO/UNICAMP, 2009. Available in www.nepo.unicamp.br/vunerabilidade

_____; e BAENINGER, R. Las migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

_____; FONSECA, R.B. Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais, Campinas, NEPO/NICAMP. 2005.

_____; OLIVEIRA, A. A. B. População e Espaço Intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D.J; BAENINGER, R.; CUNHA, J.M.P. da; CARMO, R.L. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.351-393.

_____; JAKOB, A.A.E; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.p.337-363.

_____; JIMENEZ, M. A.; Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.365-398.

_____; La Movilidad Intrarregional En El Contexto de Los Cambios Migratorios en Brasil en El Período 1970-1991: El Caso de La Región Metropolitana de São Paulo. **Notas de Población**. Santiago de Chile; CELADE; 2000. p.149-185.

_____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

da CUNHA, J.M.P., et al. Segregation and academic achievement in state-run elementary schools in the municipality of Campinas, Brazil. *Geoforum* (2009), doi:10.1016/j.geoforum.2009.06.003

FLORES, C. et al. Residential segregation and risk of unemployment: labor trajectories of heads of households from social housing projects in Santiago-Chile. Trabalho apresentado no seminário Urban Segregation en Labor in the Americas. Lilas Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, Austin, 2008

_____. Conseqüências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrôpoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

GAUDEMAR, J. P de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GALSTER, G., KILEN, S., 1995. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. *Housing Policy Debate* 6(1), 7-43.

Jenks C. and S. Mayer (1990). The consequences of growing up in a poor neighborhood. In *Inner-City Poverty in the United States*, Lynn L. and M,G,H, McGeary (Eds.) pp. 111- 186. Washington D.C.: National Academy Press.

Kaztman, R. Territorio y empleo: circuitos de realimentación de las desigualdades en Montevideo. Trabalho apresentado no seminário Urban Segregation en Labor in the Americas. Lilas Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, Austin, 2008.

_____; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO), In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.67-94.

_____. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.

_____ et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

_____ (Coord.). Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.63, 2002.

_____. Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 5(2):2-8, p. 2-8, abr./jun.1991.

_____. *A Espoliação Urbana*, SP, Paz e Terra, 1979

LAGO, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro. São Paulo, 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2000.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. **Cadernos CEBRAP**, n.5, São Paulo, CEBRAP, 1973.

MARQUES, E. Redes sociais e pobreza em São Paulo. São Paulo, 2007. Tese (livre-docência)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MASSEY, D. et al. Return to aztlán. Berkeley: University of California Press, 1987.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, L.C.Q, e LAGO, L. - *Reestruturação nas Grandes Cidades Brasileiras: O Modelo Centro/Periferia em Questão*. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994

RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, M. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. São Paulo, 2009, 119f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. – *A Urbanização Brasileira*. Coleção Estudos Urbanos N 5, Editora Hucitec, S.P., 1996

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre a seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOBREIRA, D.P.; CUNHA, J.M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. Anais..., XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, Pará, 2007.

TORRES, H. da G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 47, 2003.

_____. “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. In: São Paulo, Estudos Avançados 17 (47), 2003.

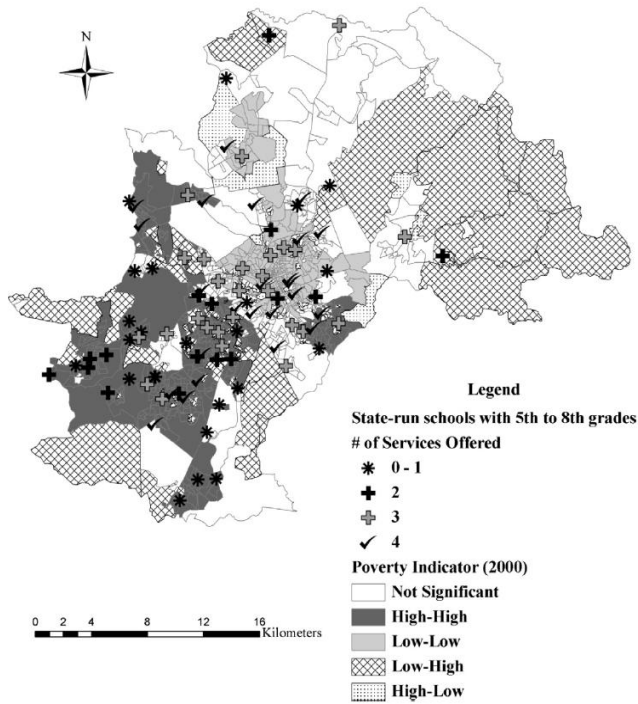
_____; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n.4, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute,

1998.

Mapa 2

Escolas estaduais por número de serviços disponíveis e sua localização classificada segundo o indicador “I de Moran” para a variável condição socioeconômica dos chefes dos domicílios Município de Campinas, 2000



Retirado de Cunha et al. 2009